

Gerardo Margela



Gerardo Margela

Senadores ouvem com atenção o pronunciamento de Renan em Plenário, seguido de longo debate e obstrução das votações pelos opositoristas. Presidente do Senado reafirma que é inocente

Conselho decide hoje o caso Renan

Começa às 10h reunião para analisar o relatório de Marisa Serrano e Renato Casagrande que defende a perda de mandato do presidente do Senado. Renan disse ontem que acusações contra ele foram “demolidas” e voltou a acusar a Editora Abril

Os líderes do PSDB, DEM, PT e PSB concordaram ontem com a necessidade de um desfecho rápido para o processo contra o presidente do Senado, Renan Calheiros, por suposta quebra de decoro parlamentar. Se o relatório de Marisa Serrano

e Renato Casagrande for rejeitado pelo conselho, o processo se encerra. Caso seja aceito, deve passar pela Comissão de Constituição e Justiça antes da decisão final em Plenário, que pode ocorrer na próxima quarta-feira. Renan Calheiros reafirmou ontem que é ino-

cente. Ele também mostrou reportagem da TV Bandeirantes sobre suposta transação irregular da Editora Abril. A oposição obstruiu as votações visando garantir a instalação da CPI das ONGs e em protesto contra a crise no Senado. **Páginas 4 a 6**



Jane Araújo

Lacerda quer permissão para Abin fazer escuta telefônica

Indicado para a direção geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), o delegado Paulo Lacerda defendeu ontem na Comissão de Relações Exteriores a aprovação de uma lei que

permita à agência realizar escutas telefônicas com autorização judicial em casos de suspeita de terrorismo e sabotagem. A designação, aprovada pela comissão, vai ao Plenário. **Página 3**

Líderes buscam acordo sobre pregão

Representantes do governo participam da reunião que discutirá hoje ampliação do uso do pregão eletrônico nas compras oficiais. **Página 2**

Demostenes (E) e Viana ouvem Fernando Brendaglia (D) na CPI

Acusados negam irregularidades na Infraero

Dois ex-superintendentes e uma servidora da Infraero, em depoimento à CPI do Apagão Aéreo, negaram ter praticado irregularidades. **Página 6**

Proposto fundo para educação no Mercosul

Marisa Serrano, indicada pela delegação brasileira para a presidência da Comissão de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Esportes do Parlamento do Mercosul, pretende colocar em pauta o debate sobre a criação de um fundo especial do bloco destinado a financiar a educação fundamental. **Página 7**



Lacerda (E), Heráclito, Dornelles, Serys e Flexa Ribeiro durante a sabatina na comissão

Jane Araújo



Encontro debaterá relatório que fixa teto de R\$ 3,4 milhões para modalidade simplificada na licitação de obras

Líderes buscam acordo sobre projeto do pregão eletrônico

Os líderes de partidos se reúnem hoje para buscar entendimentos sobre o projeto que objetiva ampliar e agilizar a utilização do pregão eletrônico nas compras e contratos do setor público. Também participarão da reunião, às 11h, no gabinete da Liderança do Governo, o relator da matéria (PLC 32/07) na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Eduardo Suplicy (PT-SP), representantes da Secretaria da Receita Federal e do Banco Central.

A reunião foi anunciada pelo vice-presidente da CAE, Eliseu Resende (DEM-MG), que também comunicou o adiamento, por falta de quórum, da reunião do colegiado prevista para ontem.

O ponto mais polêmico do projeto do Executivo que altera a Lei de Licitações (Lei 8.666/93) é a aplicação dos pregões eletrônicos para contratos de obras e serviços de engenharia. De acordo com o parecer divulgado na semana passada por Suplicy, os pregões para obras seriam obrigatórios para projetos de até R\$ 3,4 milhões. A partir desse limite, gestores ficariam livres para adotar ou não essa modalidade de licitação.

Atualmente, o pregão só é adotado para aquisição de bens e serviços gerais. Desde que foi utilizado pelo setor público, permitiu a redução dos custos dos contratos em uma média de 20%, e o tempo das licitações em cerca de 50%.

Outra vantagem apontada é que o pregão dificulta a combinação de preços entre concorrentes.

Técnica

O setor da construção argumenta, no entanto, que o sistema é inadequado para obras e serviços de engenharia, em que a viabilidade e adequação da proposta técnica deve contar, em muitas situações, até mesmo acima do menor preço. Acordo para pedido de vista coletivo na CAE adiou, na semana passada, o debate e a votação do projeto. A previsão é de que a matéria retorne à pauta na próxima semana. O pregão para obras foi incluído no texto pela Câmara dos Deputados, mas com obrigatoriedade apenas para projetos de até R\$ 340 mil (valor da carta-convite).

No Senado, a Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) – onde o projeto já foi aprovado – elevou o teto para R\$ 51 milhões, mas a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) adotou o mesmo limite previsto por Suplicy. Da CAE, a matéria segue para decisão em Plenário, e retorna à Câmara por causa das modificações feitas.

A proposta trata ainda de normas para publicação dos editais na mídia, inclusive eletrônica. No caso do Banco Central, flexibiliza regras aplicadas para o resto do setor público, quando se tratar de licitações que possam envolver riscos a sigilos legais de dados.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Projeto sobre denúncia de exploração infantil em debate no Plenário

Entre os projetos em pauta na sessão de hoje, com início marcado para as 14h, está o que torna obrigatória a divulgação em letreiros, ma-

terial de propaganda e divulgação turística, de mensagem apontando formas para efetuar denúncias sobre exploração sexual e tráfico de

crianças e adolescentes. Às 10h, o Senado Federal receberá a visita oficial do presidente da República de Moçambique, Armando Guebuza.

Requerimento de audiência sobre telemarketing

A partir de 8h45, a Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) reúne-se para deliberar pauta de 29 itens. Entre eles, o requerimento que visa à realização de audiência pública para discutir a venda ou solicitação

de donativos por telefone, e o projeto que dispõe sobre as práticas de telemarketing, a restrição de abusos e fraudes nesses serviços, e a implementação de um Registro Nacional de Chamadas.



Meia-entrada será discutida em audiência na Subcomissão de Cinema



A Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, da Comissão de Educação (CE), debate, às 10h, projeto que estabelece novas regras para a concessão de meia-entrada a estudantes e idosos em espetáculos. Foram convidados a presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Lúcia Stumpf; os

presidentes da Associação Brasileira dos Empresários Artísticos, Ricardo Chantilly; da Federação Nacional das Exibidoras Cinematográficas, Ricardo Difini; e do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, Paulo Roberto Ramos; e Bianca de Felippes, membro da Associação dos Produtores de Teatro do Rio de Janeiro.

Política nacional de integração lavoura-pecuária

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) realiza audiência pública às 11h para debater o projeto que institui a Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária. Foram convidados para a reunião o gerente-geral da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), José Roberto Rodrigues Peres, e o gerente de Planejamento e Negócios da empresa, Luiz Carlos Balbino.



Indenização por overbooking

A partir das 10h, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) reúne-se para deliberar sobre 16 itens. Em pauta, o projeto que obriga as empresas aéreas que aceitarem reservas em número superior ao de assentos das aeronaves (*overbooking*) a indenizarem os passageiros, e o que regula as profissões de engenheiro, arquiteto e engenheiro-agrônomo.

Controle de velocidade de motoboys

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deve votar, a partir das 11h, projeto que proíbe as empresas de estabelecerem práticas que incentivem o aumento da velocidade praticada pelos motoboys. Entre os dez itens da pauta, está também o projeto que assegura o atendimento da vontade das pessoas que manifestam em vida o desejo de serem doadoras de órgãos.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Tião Viana, Alvaro Dias, Gerson Camata, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro e pela senadora Serys Slhessarenko



Camata: privatização de estatal não deve ser tema de sermão

Camata pede que se evite questão política em missas

Gerson Camata (PMDB-ES) fez um apelo aos bispos brasileiros para que evitem “questões políticas” nas missas. Ele relatou que compareceu a uma missa no último domingo, em São Paulo, em que o celebrante teria “propagandeado o plebiscito sobre a estatização da Companhia Vale do Rio Doce”. O senador disse que, naquele momento, vários católicos se retiraram da igreja.

Para Gerson Camata, o sermão não deve ter nada a ver com o debate em torno de questões já decididas, como a privatização de estatais.

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprova indicação de ex-diretor da Polícia Federal para diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência. Matéria segue para apreciação do Plenário

Paulo Lacerda defende permissão para Abin fazer escutas telefônicas

A Agência Brasileira de Inteligência (Abin) deveria estar aparelhada para fazer face a desafios excepcionais, como suspeitas graves de sabotagem e terrorismo, até com autorização para fazer escutas telefônicas, desde que permitidas pelo Poder Judiciário. Essa foi a opinião manifestada por Paulo da Costa Lacerda, indicado para o cargo de diretor-geral da Abin. Para Lacerda, isso representaria a possibilidade de fazer “inteligência estratégica”. Ele explicou que, hoje, a Abin não dispõe dessa autorização, e que a mudança dependeria da aprovação de uma lei pelo Congresso.

Ontem, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou, com 15 votos favoráveis e duas abstenções, a mensagem presidencial com a indicação Lacerda, que ainda será apreciada pelo Plenário.

Durante a sabatina na CRE, o indi-



Heráclito Fortes (E) preside reunião da CRE, ao lado de Paulo Lacerda

cado reconheceu que o Brasil nunca sofreu ameaças terroristas, mas defendeu a necessidade de dotar as estruturas do Estado de mecanismos capazes de fazer face a essa possibilidade.

O relator da indicação, Romeu Tuma (DEM-SP), destacou a ampla experiência de Lacerda como delegado da Polícia Federal, instituição da qual foi diretor-geral desde 2003 e “onde revelou superlativa competência”.

Marcelo Crivella (PRB-RJ) indagou sobre as indicações políticas. “Vou

privilegiar os técnicos da carreira” – respondeu Paulo Lacerda.

Eduardo Suplicy (PT-SP) perguntou o que a Abin poderia fazer para diminuir os desvios de procedimentos na administração pública.

– Para o funcionário público, ser honesto é pouco, pois precisa estar vigilante no combate ao ilícito e à corrupção, especialmente se

eles estiverem ao seu lado – afirmou.

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) elogiou a “faxina sem precedentes” que Lacerda fez na Polícia Federal. Em resposta a Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), o indicado garantiu que, se houver condutas clandestinas, serão apuradas e punidas.

Heráclito Fortes (DEM-PI), presidente da CRE e da Comissão de Controle das Atividades de Inteligência do Senado, previu uma boa convivência com o novo diretor da Abin.



Valter apóia o programa, mas considera as ações insuficientes

Valter Pereira: falta verba para o PAC da Segurança

O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), também chamado de PAC da Segurança, contém dois problemas graves: a escassez de recursos e a limitação das principais ações apenas às 11 regiões metropolitanas consideradas mais violentas. A avaliação é do senador Valter Pereira (PMDB-MS), que, apesar de considerar as medidas apropriadas, levantou a possibilidade de o PAC da Segurança provocar uma significativa frustração.

– Os recursos previstos são visivelmente insuficientes para as metas.

Papaléo condena prorrogação da CPMF

A proposta de emenda à Constituição que objetiva a renovação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) foi condenada por Papaléo Paes (PSDB-AP).

A PEC 50/07 tramita na Câmara e será analisada em

seguida pelo Senado. Papaléo disse que a contribuição foi criada para financiar a área da saúde, e que “houve uma deturpação” desse objetivo.

– Por onde passo, ouço o povo pedindo o fim dessa contribuição. Vamos ver

quais senadores votarão a favor da CPMF e quais votarão a favor do povo.

Na avaliação do parlamentar, a contribuição é “um confisco” de 0,38% da renda dos brasileiros, que já suportam um número elevado de impostos.



Papaléo afirma que contribuição é um confisco de 0,38% da renda



Para Gilvam, o presidente Lula não apóia “manifestação tão medíocre”

Gilvam: “Proposta de Berzoini é irresponsável”

A proposta do presidente do PT, Ricardo Berzoini, de extinguir o Senado e aumentar o número de deputados federais “é irresponsável”, declarou ontem o senador Gilvam Borges (PMDB-AP).

– Não se pode duvidar que ele venha também a propor o fim do Judiciário e até da Câmara dos Deputados. É lamentável que uma pessoa que se passa por esclarecida proponha a extinção de um dos pilares da democracia – observou. Ele disse ter convicção de que o presidente Lula “não comunga de manifestação tão medíocre”.

Expedito elogia presidente do Banco Central

O presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, foi elogiado por Expedito Júnior (PR-RO), por colocar “a economia brasileira no caminho certo”.

O senador afirmou que Meirelles esteve firme como “guardião da moeda”,

adotando uma postura de cautela ao reduzir a taxa básica de juros da economia gradativamente.

A maior prova da estabilidade brasileira, na avaliação de Expedito, foi a elevação da nota brasileira pelas agências de classifi-

cação de risco mesmo com a crise mundial.

O parlamentar também apresentou requerimento de pesar pela morte do corregedor do Tribunal de Contas de Rondônia, Jonathas Hugo Parra Mota, ocorrida no sábado.



Segundo Expedito, Meirelles pôs a economia no caminho certo



Alvaro requer informação sobre impostos não repassados à Receita

Alvaro quer esclarecer retenção feita por bancos

Requerimento pedindo à Receita Federal esclarecimentos sobre bancos e instituições financeiras que teriam recolhido tributos dos correntistas e não repassado os valores correspondentes à Receita Federal, entre 2003 e 2007,

foi apresentado por Alvaro Dias (PSDB-PR). O montante desses recursos chegaria a R\$ 9,4 bilhões.

O senador quer que a Receita explique quais as providências administrativas e/ou legais tomadas e pede uma lista com o nome

das instituições bancárias e o valor que deixou de ser repassado.

Os recursos dos impostos recolhidos e não repassados à Receita, na avaliação de Alvaro Dias, explicariam os “lucros estratosféricos” das instituições bancárias.



Valadares registra lançamento de nova plataforma da Petrobras

Valadares registra lançamento de plataforma em SE

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) registrou o batismo, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, da plataforma de Piranema, a 25 quilômetros da costa de Sergipe, com capacidade para produzir até 30 mil barris de petróleo por dia. Segundo informou, trata-se da única plataforma do gênero no mundo, que, além de produzir, terá condições de armazenar e transferir o óleo bruto para unidades da Petrobras em terra ou em navio.

Valadares assinalou que o Nordeste ocupa posição privilegiada na produção de petróleo no país.

Conselho de Ética deve decidir hoje sobre representação do PSOL contra presidente do Senado por suposta quebra de decoro parlamentar

Líderes querem votação rápida do processo contra Renan Calheiros

Os líderes do PSDB, do DEM e do PT concordaram, em debate no Plenário, que seja acelerada a votação do processo a que responde o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. A manifestação foi apresentada depois que o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), propôs que o Senado decida o rito a ser seguido nos próximos dias.

Ficou acertado que o Conselho de Ética votará hoje o relatório dos senadores Renato Casagrande (PSB-ES) e Marisa Serrano (PSDB-MS). O relatório pede a cassação do mandato de Renan Calheiros. Se o relatório for recusado, será apreciado voto em

separado do senador Almeida Lima (PMDB-SE), que recomenda a absolvição.

Caso o Conselho de Ética aprove o relatório pela cassação do parlamentar alagoano, o processo seguirá imediatamente para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que deverá examinar se o processo está sendo conduzido de forma regimental e constitucional. Caberá ao presidente da CCJ, senador Marco Maciel (DEM-PE), convocar a reunião para tratar do assunto. Com isso, o processo poderá ir a voto, de forma secreta, no Plenário do Senado, na próxima quarta-feira.

Durante a discussão da proposi-

ta de Arthur Virgílio, o Plenário voltou a discutir se os votos em processos de cassação no Conselho de Ética devem ser abertos ou secretos, apesar de o órgão ter decidido na semana passada que o voto será aberto. A senadora Ideli Salvatti (SC), líder do PT, lembrou que no processo do então senador Luiz Estêvão, em 2000, o conselho tomou a decisão em votação secreta.

Já Arthur Virgílio entende que cabe ao plenário do colegiado decidir. O senador Demostenes Torres (DEM-GO) argumentou que existem precedentes de voto aberto no Conselho de Ética, no que foi contestado por Renan Calheiros.

Tião Viana: decisão pode ser publicada amanhã

O vice-presidente do Senado, Tião Viana (PT-AC), disse que, caso o Conselho de Ética aceite a representação contra o senador alagoano, a decisão poderá passar sem problemas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ainda hoje. Assim, o relatório poderá ser publicado no *Diário do Congresso* de amanhã e, no mesmo dia, ser votado em Plenário. A expectativa entre os senadores, entretanto, é de que o Plenário só aprecie o caso na próxima quarta-feira.

O relator Renato Casagrande deixou a sessão plenária de ontem por volta das 17h30 para “estudar o relatório” produzido em conjunto com Marisa Serrano, e que não teve o aval do terceiro relator,



Tião Viana acredita em deliberação célere na Comissão de Constituição e Justiça

Almeida Lima. Este preferiu apresentar um voto em separado no qual se manifestou pela falta de provas para a condenação de Renan Calheiros, por ter se valido de um funcionário da empreiteira

Almeida Lima: por que não julgar tudo no mesmo dia?

O senador Almeida Lima sugeriu, em entrevista à imprensa, que, após o julgamento do caso Renan Calheiros no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, previsto para hoje, seja convocada uma reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para o período da tarde.

– Não é bom julgar tudo no mesmo dia? Se pode, por que não julgar? – indagou ele.

O parlamentar reclamou uma vez mais do que chamou de “critério político-partidário-ideo-

lógico” utilizado pelos parlamentares para julgar Renan. Segundo Almeida Lima, o julgamento ético-moral deveria basear-se em provas, mas isso, segundo ele, é difícil no Senado, onde predominam as avaliações de caráter político.

O senador sergipano foi irônico ao responder a uma pergunta sobre a existência de possível manobra de protelação por parte de parlamentares aliados de Renan Calheiros.

– Houve um momento em que

Mendes Júnior para fazer pagamentos de pensão à filha que tem com a jornalista Mônica Veloso.

– O Renan aparentemente continua com grande apoio no Plenário, mas o nosso relatório tem base técnica, a perícia feita pela Polícia Federal, e os senadores não podem se desconectar da opinião pública – declarou Renato Casagrande.

Almeida Lima rebateu as declarações de Casagrande reafirmando o que considera o “caráter político” das afirmações contra Renan Calheiros. O parlamentar de Sergipe entende que a oposição tenta cassar Renan como uma forma de compensar o menor número de senadores de sua bancada.



Almeida Lima: avaliações de caráter político predominam no Senado

tivemos de esperar 30 dias pelo laudo pericial da Polícia Federal. Depois o senador Renan Calheiros declinou do prazo de dez dias para se manifestar sobre esse laudo – lembrou Almeida Lima.



Renan exibe reportagem da TV Bandeirantes sobre denúncia contra a Editora Abril

Renan diz que acusações contra ele “foram demolidas com documentos”

O presidente do Senado, Renan Calheiros, apresentou, da tribuna do Plenário, denúncia relatando que a Editora Abril – proprietária da revista *Veja*, que vem divulgando sucessivas acusações contra ele – teria vendido 30% de suas ações para empresas que existiriam apenas no papel, sem funcionários e com endereços fictícios. O presidente do Senado utilizou-se de um computador, previamente instalado no Plenário, para reproduzir para os senadores reportagem da TV Bandeirantes que traz a denúncia. Renan novamente se declarou inocente de todas as acusações feitas contra ele.

– Só listei dez das mentiras, que foram, uma a uma, demolidas com documentos. Repito, documentos. O que restou de tantas acusações? Viraram pó – disse.

Renan também opinou contrariamente ao voto aberto no processo que enfrenta no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

– A Constituição consagra de maneira cristalina a modalidade do voto. Um direito constitucional está sendo esmagado em nome da continuidade do linchamento

– destacou o parlamentar, para quem o voto aberto “é um grave precedente, um erro jurídico e um açodado atropelo perpetrado pela conveniência política de alguns poucos”.

Renan lembrou ter denunciado, em agosto, “o pantanoso negócio da Editora Abril, que publica a revista *Veja*, que já ficou conhecida como Vileja, pela vileza de seu jornalismo desonesto, persecutório, panfletário e torpe”. Mas a transferência do controle societário da TVA e de outras duas operadoras para um grupo estrangeiro não teria sido a primeira vez, segundo ele, que a editora tentou fraudar a lei brasileira. Afirmou que a revista “precisa urgentemente publicar a venda das ações da Editora Abril para a empresa sul-africana Nasper, conglomerado de comunicação racista que sustentou o *apartheid* na África do Sul”.

Citando a reportagem posteriormente reproduzida em Plenário, o senador relatou que a Nasper tem no Brasil, “apenas no papel”, uma empresa chamada MIH Brasil Participações, que funcionaria na Holanda.

Conselho de Ética recebe defesa de Renan no caso Schincariol, mas relator vai aguardar decisão sobre primeiro processo; PSOL pedirá aditamento de denúncias

Wellington Salgado vai apresentar voto em separado a favor de Renan

O senador Wellington Salgado (PMDB-MG) vai apresentar hoje – na reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar destinada a apreciar o relatório do primeiro processo contra o presidente do Senado, Renan Calheiros, por quebra de decoro parlamentar – voto em separado defendendo a inocência do senador e o conseqüente arquivamento do proces-



Wellington Salgado explica decisão de não recorrer ao Supremo

so. Esse será o segundo voto em separado com tal objetivo. O primeiro, já lido na reunião do colegiado da última quinta-feira, é do senador Almeida Lima (PMDB-SE), um dos três relatores da representação do PSOL que deu origem às investigações.

Ao comentar a decisão de votação aberta do relatório, tomada pelos membros do conselho na semana passada, Wellington Salgado destacou mais uma vez que, na sua opinião, a Constituição é clara ao estabelecer votação secreta em matérias sobre perda de mandato parlamentar. Por isso, o senador por Minas Gerais anunciou que, caso o processo seja transformado em projeto de resolução e, assim, encaminhado à CCJ, apresentará um requerimento para que a comissão aprecie os aspectos formais do processo de votação que resultou nessa decisão.

– É um assunto interno que temos que resolver no momento certo – comentou Wellington Salgado, para justificar sua decisão de não recorrer ao Supremo Tri-

bunal Federal (STF) ou mesmo à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) antes da votação do relatório, como havia anunciado na segunda-feira à imprensa.

Perda de mandato

O relatório que será votado hoje refere-se ao processo instaurado para investigar denúncias de que Renan teria tido parte de suas despesas

particulares, entre as quais a pensão alimentícia à filha de três anos que tem com a jornalista Mônica Veloso, pagas por um funcionário da construtora Mendes Júnior.

Na reunião de hoje, será colocado em votação o relatório elaborado em conjunto pelos senadores Marisa Serrano (PSDB-MS) e Renato Casagrande (PSB-ES), que, por considerarem procedentes as acusações, sugerem a perda de mandato de Renan por meio de um projeto de resolução, como determina o Código de Ética e Decoro Parlamentar do Senado. Se for aprovada a sugestão dos relatores, a proposta segue para a CCJ, que avalia os aspectos formais da matéria – legalidade e constitucionalidade – e, em seguida, deverá ser examinada pelo Plenário, em votação secreta e por maioria de votos, conforme prevê a Constituição. Os votos em separado somente serão apreciados caso o relatório seja rejeitado pelos membros do conselho.

Agripino diz que senadores já podem firmar convicção sobre o processo

O líder do Democratas, senador José Agripino (RN), afirmou, em entrevista à imprensa, que “já há elementos suficientes” para os senadores formarem sua convicção sobre o processo a que responde no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar o presidente do Senado, Renan Calheiros, e exercerem seu voto no Plenário do Senado “com tranquilidade”.

O senador disse ter obtido de Marco Maciel (DEM-PE), presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a confirmação de que não haveria problemas em convocar reunião do colegiado, indicar um relator e decidir pela constitucionalidade e legalidade da abertura do processo de cassação de Renan Calheiros por quebra de decoro



Agripino confirma disposição de Maciel de convocar reunião da CCJ ainda hoje

parlamentar ainda hoje, se assim decidirem os membros do Conselho de Ética.

Após a decisão da CCJ, o processo seria encaminhado ao Plenário do Senado, onde poderá ser votado na semana que vem.

Agripino observou que os acontecimentos das últimas semanas, na sua avaliação, não acrescentaram nada favorável ao presidente do Senado, mas contribuíram, ao contrário, para agravar ainda mais a sua situação. A mais recente denúncia acusa Renan de estar envolvido em um esquema de arrecadação de recursos de ministérios controlados pelo PMDB, sob o comando do empresário Luiz Garcia Coelho, pai de uma servidora de seu gabinete, Flávia Garcia.

J. Freitas



José Nery (C) reúne-se com parlamentares do PSOL: partido quer evitar nova representação contra Renan

PSOL espera que novas denúncias integrem processos já iniciados

O Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) vai pedir o aditamento das novas denúncias contra o presidente do Senado, Renan Calheiros, publicadas pelas revistas *Veja* e *Época* desta semana, aos processos que o parlamentar já enfrenta no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar por quebra de decoro. O anúncio foi feito na manhã de ontem pelo líder do PSOL no Senado, José Nery (PA), ao explicar que optou por esse caminho para evitar que, ao protocolar uma quarta representação contra Renan no Conselho de Ética, a imagem da Casa se desgaste ainda mais.

– Se o aditamento não for aceito pelo Conselho de Ética, vamos ser obrigados a fazer uma quarta representação para apurar esses fatos, tão graves quanto os outros – salientou José Nery, que acabava de sair de uma reunião com os demais parlamentares do partido.

Segundo *Veja*, Renan seria sócio do lobista Luiz Carlos Garcia Coelho num esquema de desvio de recursos públicos, em que estaria envolvido também o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), na época em que ocupava o cargo de ministro da Previdência. O esquema foi

denunciado pelo advogado Bruno Brito Lins, que foi casado com Flávia Garcia Coelho, filha de Luiz Carlos e funcionária do gabinete de Renan.

Ainda segundo a matéria da revista, Bruno afirmou à polícia, em depoimento prestado em setembro de 2006, que o presidente do Senado teria negociado com um grupo de aliados do PMDB uma maneira de beneficiar o banco BMG com vários privilégios, entre eles o serviço de concessão de crédito consignado para os aposentados da Previdência. Em troca, o grupo era compensado com o pagamento de propinas.

O líder do PSOL disse ainda que amanhã, pela manhã, vai buscar informações sobre o andamento das investigações que as polícias Civil e Federal estão conduzindo a respeito do caso. Somente após se inteirar da situação, o PSOL resolverá se entrará ou não com uma representação para que o Conselho de Ética investigue também Romero Jucá.

Já o corregedor do Senado, Romeu Tuma (DEM-SP), observou que é preciso ouvir com urgência o advogado Bruno Brito Lins para esclarecer os fatos.

João Pedro aguarda desfecho da primeira representação

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar recebeu ontem a defesa de Renan Calheiros referente à acusação de favorecimento à cervejaria Schincariol contida na segunda representação do PSOL contra o senador alagoano. A primeira trata do suposto envolvimento com um lobista da empreiteira Mendes Júnior para pagamento de despesas pessoais.

– Ainda não li os termos da defesa, mas fui orientado pelo senador Leomar Quintanilha [presidente do conselho] a esperar o desfecho da primeira representação para dar novos passos em relação à da Schin-

chariol – explicou o relator do caso, João Pedro (PT-AM).

O senador lembrou que já há uma terceira representação – tratando da suposta utilização de “laranjas” por Renan na compra de duas rádios em Alagoas, sendo que esta nem sequer tem relator nomeado.

De acordo com João Pedro, se o presidente do Senado for cassado em razão da primeira representação, não haverá sentido dar continuidade aos outros processos. Caso contrário, o conselho decidirá como encaminhar as duas representações restantes.

Insatisfeitos com a demora na instalação da CPI das ONGs e com a decisão de Renan de não se licenciar da presidência, opositoristas mantêm ordem do dia bloqueada

Oposição obstrui votações. Projeto sobre estágio é adiado

A votação do projeto de lei que atualiza as regras de estágio para estudantes dos ensinos superior, profissional e médio foi adiada para a próxima sessão deliberativa do Senado. A oposição manteve a estratégia de obstruir os trabalhos para garantir a instalação da CPI das ONGs e em protesto pela crise que se instalou diante



Ao lado de Sibá e Fátima Cleide, Ideli destaca avanços do projeto

da permanência, na presidência da Casa, do senador Renan Calheiros, investigado por suposta quebra de decoro parlamentar.

– Está se empurrando com a barriga esse assunto desde o ano passado. O compromisso era instalar a comissão na primeira semana de agosto, e até agora nada – protestou Heráclito Fortes (DEM-PI), autor do requerimento de criação da CPI.

O líder do DEM, José Agripino (RN), garantiu que, enquanto não se instalar a comissão, seu partido não votará nada.

O PSDB, por sua vez, entendeu que a tensão gerada pelo chamado “episódio Renan” impediria os parlamentares de deliberar sobre questão tão séria quanto a revisão

da legislação sobre os estágios.

– Não temos condições nem clima para discutir matérias importantes para o país, como os estágios. Neste momento, estamos voltados para outros assuntos – disse Tasso Jereissati (PSDB-CE).

O líder do partido, Arthur Virgílio (AM), porém, esclareceu que a oposição não só reconhece a importância da matéria, como louva o acordo entre governo e oposição na elaboração dos pareceres emitidos pelas comissões de Educação (CE), onde foi relatado por Raimundo Colombo (DEM-SC), e de Assuntos Sociais (CAS), cuja relatora foi Ideli Salvatti (PT-SC).

Diversos parlamentares, como

Ideli Salvatti, manifestaram-se sobre a relevância do estágio na formação do estudante, com ressalvas à prática de transformação dos futuros profissionais em mão-de-obra barata, prática que o projeto pretende coibir.

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) observou que iniciativas como a que está em debate ganham relevância no momento em que o programa Primeiro Emprego, do governo federal, fracassou.

José Nery (PSOL-PA) destacou que devem ser apoiadas todas as medidas voltadas ao aperfeiçoamento da formação profissional dos estudantes.

Sessão

No encerramento da ordem do dia de ontem, o senador Tião Viana (PT-AC), que presidia os trabalhos, informou que a sessão deliberativa de hoje terá início após o encerramento da reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar destinada a votar o relatório do processo por quebra de decoro contra o senador Renan Calheiros.



Senadores do colegiado irão verificar caso surgido com a rescisão direta de empregos

Comissão investiga denúncia de trabalho escravo no Pará

No dia 13 de setembro, a Comissão Temporária Externa criada para investigar denúncia de trabalho escravo apresentada pelo Ministério Público do Trabalho e pelo Ministério do Trabalho viajará ao município de Ulianópolis, no Pará. A denúncia surgiu a partir de fiscalização feita sobre a rescisão direta do contrato de trabalho de 1.180 empregados na Pará Pastoral e Agrícola S/A (Pagrisa).

A comissão foi instalada ontem

e elegeu como presidente o senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) e como vice o senador Sibá Machado (PT-AC). Como relatora foi eleita a senadora Kátia Abreu (DEM-TO). Também compõem o colegiado os senadores Romeu Tuma (DEM-SP), Patrícia Saboya (PSB-CE), José Nery (PSOL-PA), Mário Couto (PSDB-PA), Mão Santa (PMDB-PI), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Paulo Paim (PT-RS) e Cícero Lucena (PSDB-PB).

Jereissati registra homenagem a Antonio Carlos

O senador Tasso Jereissati (CE), presidente do PSDB, registrou em Plenário sua presença nas homenagens pelo 30º dia da morte do senador Antonio Carlos Magalhães na Igreja de Nosso Senhor do Bonfim, em Salvador. ACM morreu de complicações cardíacas e renais no dia 20 de julho. Nesta terça-feira, ele estaria completando 80 anos de idade.

O presidente da Casa, Renan Calheiros, associou-se às homenagens ao senador baiano, a quem classificou como “grande homem público e amigo de todos nós”.

Ex-diretor da Infraero nega acusações na compra de software

Em depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Apagão Aéreo, o ex-superintendente de Planejamento e Gestão da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) Fernando Brendaglia de Almeida negou ontem acusações de irregularidades na compra de programa de gerenciamento de publicidade pela Infraero e afirmou que só objetivava aumentar os lucros da empresa.

Brendaglia, que também foi diretor comercial da estatal, apresentou à CPI um *habeas corpus* concedido pelo ministro do Supremo Tribunal Federal Eros Grau, garantindo a ele o direito de permanecer calado. No entanto, respondeu às perguntas feitas pelos senadores.

Fernando Brendaglia foi um dos responsáveis pela contratação, pela Infraero, de *software* para gerenciamento de publicidade nos aeroportos, por R\$ 26 milhões. De acordo com o relator da CPI, senador Demostenes Torres (DEM-GO), o serviço poderia ter sido feito por R\$ 3 milhões.

Brendaglia informou aos senadores que contratou junto à empresa FS3 o uso do sistema Advantage V2 para gerenciar a publicidade em 65 aeroportos no país de forma a organizar melhor a oferta de espaço comercial. Conforme o ex-diretor, antes da instalação do sistema, a Infraero vendia espaço de mídia aeroportuária por preços abaixo do que poderia conseguir. Ele salientou que o preço dos anúncios era cobrado por metro quadrado e não pela audiência, como geralmente esse tipo de espaço é comercializado.

O depoente afirmou que, no modelo anterior, a venda dos espaços publicitários nos aeroportos não era licitada. Em resposta ao relator, Demostenes Torres, disse que tinha “a impressão de que ocorria favorecimento de algumas empresas”. Brendaglia observou ainda que dispensou a licitação para a compra do *software* porque um documento da Associação das Empresas Brasileiras de Softwares certificou que não havia outros programas semelhantes no mercado.



Os senadores Demostenes (E) e João Pedro ouvem o depoimento de Márcia Chaves à CPI

Servidora da estatal alega erro na inclusão de seu nome em processo

Em depoimento à CPI do Apagão Aéreo, a ex-superintendente de Relações Comerciais da Infraero Márcia Chaves disse que seu nome é citado – como responsável pela suposta retenção de documentos relativos à compra de um *software* de gerenciamento de publicidade em aeroportos – em laudo elaborado por peritos da estatal devido a um “erro material”. Segundo ela, a responsabilidade é cabível à gerente de licitações da empresa, Maria do Socorro.

– Os próprios peritos da Infraero admitiram que houve troca de nomes – afirmou.

Questionada pelo relator da CPI, Demostenes Torres, sobre as causas do pequeno acréscimo de receita – de apenas 5% – no faturamento com venda de espaços

publicitários após a implantação do *software*, comprado por R\$ 26 milhões da FS3 Comunicação e Sistema, Márcia atribuiu o prejuízo à existência de muitas áreas fechadas nos aeroportos, em virtude da execução de obras.

Tratando de outra irregularidade a ela atribuída na prorrogação de um contrato da Infraero com a Shell Brasil S/A, Márcia informou sobre a existência de manifestação da Procuradoria Jurídica da estatal atestando a regularidade e legalidade de todos os atos praticados na transação.

Mariângela Russo, outra servidora da Infraero acusada também de fraudar o processo de aquisição do *software*, negou ter recebido qualquer espécie de benefício na compra.

Direitos autorais em cinema e música em debate

Para discutir os direitos autorais nas áreas de cinema e música, a Comissão de Educação (CE) realizará audiências públicas no Senado em conjunto com a Subcomissão de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social. A CE aprovou ontem requerimento dos senadores Flávio Arns (PT-PR), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Raimundo Colombo (DEM-SC) com esse objetivo. Também será debatida nessas audiências, em datas ainda a ser definidas, a atuação do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad).

A questão da cobrança de direitos autorais é polêmica, como reconhecem os três senadores no requerimento. Os parlamentares lembram que, no setor de exibição cinematográfica, os exibidores e produtores alegam que tais direitos são previamente negociados com os compositores das músicas incluídas em um produto audiovisual. Assim, a trilha sonora, ao ser incorporada a um filme, deixaria de ser independente, pois se tornaria parte de uma outra obra. Mas o Ecad, que conta com o apoio de parte da comunidade artística, vem tentando cobrar pela execução dessas músicas, obtendo, inclusive, liminares na Justiça para impor a arrecadação.

Constituição, obra mais vendida no estande do Senado

O livro mais vendido no estande do Senado Federal na 26ª Feira do Livro de Brasília, aberta até o próximo dia 9 de setembro, no Pátio Brasil Shopping, é a Constituição federal. Em seguida, destacam-se o Regimento Interno do Senado e as publicações *Curso de Direito Administrativo*, *Curso de Direito Constitucional* e *Manual de Padronização de Textos*.

Além do conteúdo e do valor histórico, as obras da Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado alcançam vendas significativas pelos preços acessíveis.

Indicada para uma das dez comissões do Parlamento do Mercosul, Marisa Serrano adota como referência mecanismo brasileiro de estímulo à educação básica e fundo já criado por bloco regional

Mercosul deve debater criação de fundo para o ensino fundamental

Indicada ontem pela delegação brasileira para a presidência da Comissão de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Esportes do Parlamento do Mercosul, a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) pretende colocar em pauta o debate sobre a criação de um fundo especial do bloco destinado a financiar a educação fundamental.

Marisa Serrano solicitou aos integrantes argentinos da comissão a realização de um estudo sobre a proposta de criação do fundo, que seria inspirado no mecanismo brasileiro de estímulo à educação básica e no Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem). Com o objetivo de combater as desigualdades regionais, o Focem destinará a maior parte de seus recursos ao Paraguai e ao Uruguai, sócios menores do bloco.

Os parlamentares uruguaios que fazem parte da comissão também vão analisar, a pedido da senadora, propostas de integração cultural já

elaboradas pelo Parlamento Cultural do Mercosul (Parcum), do qual ela foi presidente de 2000 a 2002. Para Marisa, a comissão que presidirá poderá ajudar a aproximar o bloco dos cidadãos.

– Não acredito em uma integração que seja somente econômica. É importante que as pessoas vejam não apenas o que separa os países, mas também o que os une, como a cultura – frisou.

Indicado para a presidência da Comissão de Assuntos Econômicos, Financeiros, Comerciais, Fiscais e Monetários, o deputado Cezar Schirmer



Na quinta reunião do órgão, Marisa ressalta importância da integração cultural entre países

Fotos: Leopoldo Silva

(PMDB-RS) afirmou que passarão pela comissão temas que representam “a essência e o coração da integração”. A disputa entre Argentina e Uruguai a respeito dos efeitos ambientais da instalação de fábricas de celulose em território uruguaio será analisada pela Comissão de Desenvolvimento Regional Sustentável, Ordenamento Territorial,

Habitação, Saúde, Meio Ambiente e Turismo, que terá como presidente o deputado José Paulo Tóffano (PV-SP). Ele disse que pretende buscar dados mais isentos sobre o conflito, antes de promover o debate.

A distribuição das comissões permanentes entre os quatro atuais membros plenos do parlamento foi decidida durante a quinta sessão ordinária do órgão, em Montevidéu. A delegação argentina ficará com as presidências de duas comissões, assim como a paraguaia. O Uruguai terá as presidências de três comissões.

Agora começa o trabalho político, afirma presidente do parlamento

A indicação dos integrantes das dez comissões permanentes do Parlamento do Mercosul, ocorrida ontem, conclui a fase de instalação do novo órgão Legislativo regional. Na segunda-feira, durante a primeira parte da quinta sessão ordinária, foi acolhido o orçamento do parlamento para 2008. E na sessão anterior, realizada em agosto, havia sido aprovado o Regimento Interno, que determina as regras para o funcionamento do Legislativo regional.

– O trabalho interno já foi concluído. Agora há que iniciar o trabalho plenamente político – anunciou o presidente do Parlamento do Mercosul, deputado uruguaio Roberto Conde, logo depois de informar a composição das comissões permanentes.

O Parlamento do Mercosul foi instalado em uma sessão extraordinária do Congresso Nacional ocorrida em



Conde observa que o trabalho interno já foi concluído

Brasília, em 14 de dezembro de 2006. A segunda sessão aconteceu na sede do Congresso Nacional do Uruguai, em 7 de maio deste ano. Naquele momento, tomaram posse os 81 parlamentares indicados pelos parlamentos de Argentina, Brasil, Paraguai, Venezuela e Uruguai. As sessões seguintes foram dedicadas, principalmente, à definição da agenda política do novo órgão e à aprovação de seu Regimento Interno.

Presidente de Moçambique visita o Senado

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebe amanhã o presidente de Moçambique, Armando Emílio Guebuza, que, na qualidade de convidado de honra, participa das cerimônias de celebração do dia 7 de setembro no Brasil. Será a segunda visita de um presidente moçambicano ao país desde o início do governo Lula.

É grande a expectativa de Moçambique nos entendimentos com o Brasil sobre combustíveis de origem vegetal. Poderão ocorrer ainda desdobramentos do Protocolo de Intenções firmado entre a Petrobras e a Fiocruz para o desenvolvimento de ações sociais ligadas à saúde em Moçambique, Angola e Nigéria.

Tendo em vista a gravidade da incidência da Aids em Moçambique, é também de grande interesse para o governo moçambicano o compromisso brasileiro de apoio à instalação de uma fábrica de anti-retrovirais naquele país.

Subcomissão em evento sobre a Amazônia

A Subcomissão da Amazônia, que funciona no âmbito da Comissão de Relações Exteriores (CRE), vai participar do simpósio Amazônia no Século 21, conforme requerimento do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) aprovado ontem. O evento, que ocorrerá neste semestre, é promovido pela CRE e pela Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional da Câmara dos Deputados.

Durante o seminário serão realizadas discussões com a participação de representantes da comunidade acadêmico-científica e de parlamentares.

A CRE acolheu ainda requerimento de Mozarildo solicitando a designação de um parlamentar para acompanhar operação da Polícia Federal para retirar produtores de arroz da reserva indígena Raposa Serra do Sol, localizada em Roraima.

Brasil poderá ingressar em rede de astrofísica

A Comissão de Relações Exteriores ratificou ontem o ingresso do Brasil na Rede Internacional de Centros para Astrofísica Relativística (Icranet), sediada na cidade de Pescara, na Itália. O ingresso nessa rede havia sido recomendado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia e permitirá a realização de pesquisas conjuntas em áreas como astrofísica de alta energia, física teórica e física matemática.

A expectativa é que, com a aprovação do Projeto de Decreto Legislativo 202/07, universidades e centros de pesquisas possam se associar livremente à rede e que também haja intercâmbio entre pesquisadores e estudantes de pós-graduação. Segundo a exposição de motivos apresentada pelo Ministério das Relações Exteriores, a ratificação do acordo “não implica às partes qualquer obrigação de fornecer apoio financeiro ao Icranet”.

Geraldo Magela



Paim parabeniza o órgão pelos 24 anos a serviço dos trabalhadores

Paim elogia o trabalho realizado pelo Diap

O senador Paulo Paim (PT-RS) cumprimentou o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) pelos 24 anos de “excelentes trabalhos”. Paim louvou a ação do Diap no fornecimento de informações sobre a atuação de deputados e senadores.

Idealizado pelo advogado trabalhista Ulisses Riedel de Resende, o Diap foi fundado em 1983 para atuar junto aos poderes constituídos, em especial o Congresso Nacional, no sentido de transformar em normas legais as reivindicações da classe trabalhadora.

O senador lembrou que, a partir de consulta aos filiados sobre a atuação dos parlamentares, o órgão concede, regularmente, o prêmio Cabeças do Diap. Paim se disse honrado por ter recebido o prêmio em todas as suas 15 edições.

O parlamentar também parabenizou o Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal pela criação da Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial.

– Conforme o senso de 2000 do IBGE, o jornalismo está entre as profissões com menor proporção de negros do país. Essa atitude visa promover a inclusão, para garantir que tenhamos, neste país, uma política de igualdade – afirmou.

Correção

Ao contrário do que o **Jornal do Senado** publicou ontem, na página 8, Paulo Paim não concorda com o salário mínimo de R\$ 407. Proposta dele prevê que o reajuste do mínimo leve em conta a inflação e duas vezes o PIB, ambos do ano anterior. Por esse critério, o mínimo em 2008 iria para R\$ 427,90, se forem considerados os índices até agora apurados.

As contribuições do grupo na integração da região e a recepção do sinal das emissoras por toda a população, até nas áreas mais pobres, foram ressaltadas pelos parlamentares em Plenário

Congresso saúda os 35 anos da Rede Amazônica de Televisão

Em sessão solene, o Plenário do Congresso homenageou ontem a Rede Amazônica de Televisão, com sede em Manaus, por seus 35 anos de atuação. Vários parlamentares enalteceram a qualidade da programação e os serviços prestados pelo grupo à comunidade amazônica. A homenagem foi proposta pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e pela deputada Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). A sessão solene contou com a presen-

ça do diretor-presidente da rede, Phelippe Daou; do diretor da sucursal em Brasília, Raimundo Farias Moreira; do presidente do Amazon SAT, Phelippe Daou Júnior; do representante do estado do Amapá em Brasília, Francisco Orlando Costa Muniz, além de servidores do complexo de comunicação.

A Rede Amazônica de Televisão, afiliada à Rede Globo de Televisão, opera nos estados do Amazonas, Acre, Amapá, Rondônia e Roraima.



Tião Viana (C) preside a sessão, entre Mozarildo (E), Daou, Vanessa e Moreira

GILVAM BORGES

OS HABITANTES DA REGIÃO

Norte viviam separados do resto do país até a chegada da Rede Amazônica de Televisão, afirmou Gilvam Borges (PMDB-AP). O grupo de comunicação, destacou ele, rompeu o ciclo de colonialismo que sempre marcou a relação com a população local.

VALDIR RAUPP

A TELEVISÃO É HOJE um instrumento de inclusão social e de estímulo à participação social e à cidadania, ressaltou Valdir Raupp (PMDB-RO). De acordo com o parlamentar, a Rede Amazônica de Televisão é um exemplo de empresa inclusiva e uma referência em toda a região.

SIBÁ MACHADO

A TV ACRE, INTEGRANTE da rede e a primeira emissora no estado, possui uma característica considerada valiosa por Sibá Machado (PT-AC): a de não se filiar a nenhuma posição política. Além disso, destacou, procura ser objetiva, sem comprometer, entretanto, a sua missão de bem informar.

ARTHUR VIRGÍLIO

O DESCASO DE SUCESSIVOS governos federais com a região amazônica foi criticado ontem por Arthur Virgílio (PSDB-AM), que também condenou a alienação dos brasileiros frente à área. O grupo homenageado, disse, revela-se uma exceção nesse cenário de indiferença em relação à Amazônia.

AUGUSTO BOTELHO

O ALCANCE DA REDE Amazônica de Televisão, chegando a todas as casas e principalmente às regiões mais pobres do interior, foi ressaltado por Augusto Botelho (PT-RR). Ele agradeceu aos fundadores do grupo, em nome da população do seu estado, pelo trabalho de comunicação realizado.

MOZARILDO CAVALCANTI

A TRANSMISSÃO DE SINAL de televisão no interior da Amazônia, mais que uma atividade comercial, representa a nobre função de integrar a região. Assim Mozarildo Cavalcanti saudou o complexo de comunicação homenageado em Plenário.

– O grupo capitaneado por Phelippe Daou acreditou na Amazônia. Percebendo as necessidades e potencialidades daquela região, então enigmática para o Brasil e o mundo, lançou há 35 anos as bases do que viria a tornar-se a Rede Amazônica de Televisão, um grupo notável no cenário da comunicação social do país.

JOÃO PEDRO

O CANAL AMAZON SAT, de propriedade da rede, mereceu aplausos de João Pedro (PT-AM), por mostrar ao povo brasileiro as “maravilhas da região”, sua história, seus mitos e seu folclore. O senador destacou ainda o papel das emissoras na integração da população amazônica.

ROMERO JUCÁ

EM NOME DO PRESIDENTE Lula e do governo, Romero Jucá (PMDB-RR) saudou a Rede Amazônica de Televisão e destacou a contribuição do grupo de comunicação para a integração da região Norte, “fazendo com que cada brasileiro daquelas paragens se tornasse mais cidadão”.

PAPALÉO PAES

“A REDE CONSTITUI UM grande espelho da cultura nortista, lugar em que nossos contêrrâneos vêem a si próprios fielmente reproduzidos, mergulhados em sua cultura e plenos de sua essência inimitável”, assinalou Papaléo Paes (PSDB-AP), em homenagem à Rede Amazônica de Televisão.

EXPEDITO JÚNIOR

O NASCIMENTO DO GRUPO, lembrou Expedito Júnior (PR-RO), foi marcado pela conscientização para a conquista da Amazônia pelo Brasil. Nesse processo, disse, a visão do “exotismo de vitrine” foi substituída por um sistema de comunicação que deu velocidade à pretendida integração.

RENAN CALHEIROS

RESGATE DE CIDADANIA, INFORMAÇÃO, prestação de serviço e entretenimento. Assim o presidente do Senado, Renan Calheiros, resumiu o importante papel desempenhado pela Rede Amazônica de Televisão. A inauguração da emissora, disse, significou a ocupação eletrônica da região.

Virgílio presta homenagem a Marcos Freire

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), apresentou ontem em Plenário requerimento solicitando voto de lembrança pela passagem do 20º aniversário da morte de Marcos Freire, no próximo dia 8. Prefeito de Olinda (PE), deputado federal, senador e ministro da Reforma Agrária no governo do presidente José Sarney, Freire morreu em decorrência de acidente aéreo em 1987, no sul do estado do Pará.

– Marcos Freire é desses exemplos de honradez na vida pública. Nome que deve sempre ser lembrado em um país de tão pouca memória e tão carente de valores como ele – assinalou o senador.

Virgílio afirmou que o 20º aniversário da morte do político pernambucano jamais poderia passar em branco, pois, em 1987, “morria, em serviço, um dos mais brilhantes e destemidos parlamentares, que se destacara na luta contra a ditadura militar e pela restauração do regime democrático no país”. A morte de Freire, frisou o senador, “foi uma notícia triste que abalou o mundo político brasileiro”. Ele pediu que o voto de lembrança fosse encaminhado à viúva Maria Carolina Vasconcelos Freire.

Determinação

Fazendo um breve histórico da vida pública de Marcos Freire, Arthur Virgílio lembrou que em 1968, eleito prefeito de Olinda com expressiva votação pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), renunciou ao cargo em protesto contra a edição do Ato Institucional nº 5 pelo regime militar e a cassação de seu vice-prefeito. Voltou à política em 1970, como deputado federal pelo MDB, quando ajudou a criar o “grupo dos autênticos”, ala “mais aguerrida e avançada” do partido, segundo Virgílio.

A homenagem foi apoiada por Sérgio Guerra (PSDB-PE), Alvaro Dias (PSDB-PR), Heráclito Fortes (DEM-PI), Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) Eduardo Suplicy (PT-SP) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA).